



Geoeconomia política do conhecimento e internacionalização: buscando ampliar a compreensão do problema

Political geoeconomics of knowledge and internationalisation: seeking to broaden the understanding of the problem

Maria Alexandra da Silva Monteiro MUSTAFÁ*

 <https://orcid.org/0000-0002-9011-6597>

Gisele Caroline Ribeiro ANSELMO**

 <https://orcid.org/0000-0003-4130-1152>

Introdução

A tese apresentada por Leher e Santos (2023) consiste na argumentação de que a produção de conhecimento no mundo está diretamente relacionada com a geoeconomia política e que, historicamente os grandes impérios têm se apropriado do conjunto de saberes produzidos pela humanidade, detendo sobre eles um poder de concentração e de controle sobre os demais povos, tendo em vista que as condições geográficas, políticas e econômicas são elementos determinantes nessa concentração de poder e saber.

Estamos em total acordo com esta tese, pois é fato notório que a geoeconomia política dita as regras da difusão ou não do saber e que a história registra exemplos irrefutáveis, tais como aquele do Império Alexandrino, que instituiu a Biblioteca de Alexandria como centro de produção, concentração e, ao mesmo tempo difusão do saber, na Antiguidade e aquele do Império Norte-americano que, na atualidade, representa o maior espaço de controle do conhecimento no mundo.

No entanto, gostaríamos de fazer algumas ponderações que diferenciam estes dois grandes exemplos situados no campo da geoeconomia política e acrescentar algumas reflexões que podem elucidar novos esclarecimentos sobre este fenômeno e pontuar algumas sugestões que,

* Assistente Social. Doutora em Filosofia. Professora Associado IV da Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Av. Prof. Moraes Rego, s/n. Cidade Universitária, Recife (PE). CEP.: 50670-901. E-mail: ethisophias@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba. (UFPB, João Pessoa, Brasil). Cidade Universitária - Campus I - Conjunto Humanístico - Bloco V - Castelo Branco, João Pessoa (PB), CEP.: 58051-900. E-mail: gribeiroanselmo@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023. Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

no nosso entendimento poderiam redirecionar essa concentração de poder e saber para os países cuja condição geoeconômica e política é caracterizada como periférica aos grandes centros.

Sendo assim, lembremos que, diferentemente do Império Norte-Americano, o Império Alexandrino foi demarcado por um aspecto que o tornou muito peculiar: a cultura helenística, cujos pilares encontravam-se exatamente na intencionalidade de Alexandre o Grande, de difundir a cultura e a língua grega por todo o Império, mesmo tendo sido a Grécia uma de suas conquistas geopolíticas. O fato talvez se explique considerando-se que o Imperador Alexandre teria recebido sua formação pedagógica do filósofo Aristóteles, que, embora sendo um macedônico de Estagira, tinha se radicado na Grécia, desde a juventude para ser discípulo de Platão, na então Academia e, posteriormente ter-se afastado desta escola após a morte de seu mestre e ter fundado o Liceu ou Peripato, no qual desenvolvia e difundia a sua filosofia.

Note-se que Alexandre ficou sob os cuidados de Aristóteles desde os treze anos de idade e assim aprendeu a reconhecer estrategicamente o poder da cultura grega como elemento aglutinador e unificador do seu império, que passou a estender-se desde a Grécia, a Pérsia, Egito, Fenícia, Palestina, Babilônia, Assíria, Ásia Menor e Índia, no âmbito das suas intenções de domínio mundial.

O impacto intelectual e cultural da Biblioteca de Alexandria sobreviveu à morte de Alexandre e a ataques de imperadores romanos e religiosos fanáticos e se trasladou no tempo até os dias atuais, como bem descreve o historiador Ernst Gombrich, na sua obra *Breve Storia del Mondo*:

Mas mesmo se o Império se fragmentou [após sua morte], o plano de Alexandre tinha se realizado lentamente. A arte e o espírito greco tinham penetrado na Pérsia, tinham chegado até a Índia e, até mesmo além, até na China. E os gregos, por seu lado, tinham entendido que Atenas e Esparta não eram o centro do mundo e que, talvez, existissem coisas mais importantes entre os contínuos litígios entre dóricos e jônios. Ao contrário, exatamente quando tinham perdido totalmente o limitado poder político deles, os gregos se transformaram em portadores do maior poder espiritual jamais existido, aquele poder que se chama cultura grega. Você sabe quais eram as fortalezas desse poder? As bibliotecas. Em Alexandria, por exemplo, existia uma biblioteca grega que possuía 700 mil rolos [de papiros]. Estes 700 mil rolos foram os soldados gregos que conquistaram o mundo. E aquele Império está em pé ainda hoje (Gombrich, 1997, p. 94)

Com efeito, a difusão do pensamento grego se deu em outros centros culturais do Império, como aqueles de Pérgamo, Rodes, e sobretudo em Alexandria. "Atenas conseguiu manter ainda seu primado no campo da filosofia, mas Alexandria tornou-se o grande centro da cultura científica, que justamente aí atingiu os mais altos cumes, tocados no mundo antigo" (Antiseri; Reale, 2017, p. 305).

Na obra citada de Antiseri e Reale (2017), nós aprendemos que Alexandria, logo após a morte de Alexandre, passando a ser gerenciada pela dinastia ptolomaica, assumiu para si, conscientemente, uma posição geopolítica central: Ptolomeu I, Soter, com a assessoria estreita de Demétrio Falereo e, mais tarde de Estratão de Lâmpsaco recolheu "[...] numa grande instituição todos os livros e instrumentos científicos necessários para pesquisas, de sorte a oferecer aos estudiosos um material que não teria podido encontrar em nenhuma outra parte, e assim induzindo-os a ir a Alexandria" (Antiseri; Reale, 2017, p. 305-306).

Em relação ao museu, podemos dizer que ele: "[...] igualmente, atraiu matemáticos, astrônomos, médicos, geógrafos, que expressaram, no âmbito dessa instituição, o melhor daquilo que a Antiguidade produziu" (Antiseri; Reale, 2017, p. 306).

Pois bem, esta iniciativa política e cultural teve uma função claramente de auferir uma concentração de poder intelectual sem rivais. Em outras palavras, a capacidade de influência de um grupo político no mundo intelectual é proporcional à capacidade de ele reter, com exclusividade, algo que os demais interessados não têm como conseguir de outra forma.

Inspirando-se nessa proposta, podemos dizer que, quando apontamos para o Brasil, como privilegiado por estar longe do ambiente intelectualmente caótico das universidades europeias e estadunidenses, queremos exatamente indicar um elemento que pode fazer de nós um centro de interesse inigualável, para atrair quem esteja querendo se afastar um pouco daqueles ambientes geopoliticamente e intelectualmente 'barulhentos' para ter espaço de respiração erudita para elaborar as melhores e mais fundamentadas teses.

Em adição a isso vemos que poderíamos criar ambientes de estudo e albergue de intelectuais de todo o mundo, munidos de grandíssimas bibliotecas políglotas, nas quais brasileiros e visitantes se debruçassem diariamente, para pesquisar. Ao lado disso, pensamos nas equipes, também políglotas de tradutores, que trabalhariam incansavelmente traduzindo toda a produção mundial mais significativa e atualizada. Isso iria, acreditamos, deslocar o centro de pesquisa, pelo menos nas ciências humanas e sociais para o Brasil.

Dito isso, passemos a algumas considerações sobre aspectos específicos que buscam contribuir com o debate.

1 A influência possível de um pensamento crítico nos ambientes hoje hegemonzados pelo capitalismo

1.1 A unidade necessária para uma ação coletiva de resistência

O conhecimento desempenha um papel crucial na geoeconomia política. É o alicerce sobre o qual as nações constroem seu poder e influência. Países que investem pesadamente em pesquisa tendem a ter uma vantagem competitiva no mercado global. Precisamos reverter esse quadro...

Como já afirmava Francis Bacon, *Saber é poder*. Em outras palavras, teremos que decidir se, enquanto intelectuais de um mundo geopoliticamente vitimado pelo preconceito acadêmico, empreenderemos esforços visando quebrar aquelas barreiras e nos impor como dadores de novas explicações sobre a realidade ou nos 'barricaremos' nos nossos ambientes geopoliticamente também determinados, construindo um muro de isolamento em relação àquele bloco hegemônico.

Esta última opção não nos parece inteligente, pois nos caracterizaria diante da história da ciência como ressentidos e terminaria também por nos impedir o acesso a uma quantidade não insignificante de instrumentos e estudos. Então, nossa inteligência deverá ser capaz de propor uma ação coletiva, estrategicamente bem estruturada que nos leve a nos tornar agentes, além

de participantes do debate internacional, com o status de primeira ordem, indispensáveis, enquanto dadores de explicações irrenunciáveis a respeito da realidade.

Sendo assim, é mister que percebamos que a palavra-chave para exercer aquilo que Francis Bacon chamou de 'Saber é poder' é 'método', como o próprio Francis Bacon fez notar: "[...] quero que tudo aquilo que visa a estabelecer relações intelectuais e a libertar as mentes se difunda nas multidões e passe de uma boca a outra" (Bacon, *apud* Antiseri; Reale, 2017, p. 253).

Farrington, assim escreveu sobre Bacon: "Bacon submeteu à revisão toda a cultura humana para descobrir como foi que ela produziu tão escasso fruto da realidade e de que forma pudessem ser aperfeiçoada" (Farrington, *apud* Antiseri; Reale, 2017, p. 251). No mais, Paolo Rossi comentando Bacon explica que:

A ciência pode e deve transformar as condições da vida humana [...]; a extensão do poder do homem sobre a natureza nunca é obra de um único pesquisador que conserve secretos seus resultados, mas é necessariamente fruto de uma coletividade organizada de cientistas; [...] e toda reforma da cultura é sempre também, reforma das instituições culturais, das universidades, das instituições, além da mentalidade dos intelectuais (Farrington, *apud* Antiseri; Reale, 2017b, p. 252.)

Daí a nossa proposta ilustrativa do que, desde já, poderíamos começar a objetivar da geopolítica transformação do nosso país no local privilegiado para produção do saber de agora em diante, explicado acima, pois é público e notório a dificuldade geral que nas universidades de primeiro mundo se tem de produzir descobertas, já que lá, naqueles locais, sofre-se pressões de vários tipos para que se evite o pensamento forte. Transformando nosso território geopolítico em território privilegiado para a produção de novos saberes, terminaríamos por deslocar o centro intelectual para nosso continente e teríamos dado um golpe significativo na estrutura que mantém aquele sistema ainda em vigor, um tipo de atualização daquilo que Ptolomeu Sóter fez em Alexandria com a ajuda de Demetrio Valereo e Estratão.

Voltando a falar do método, tão assediado teoricamente, nesses tempos ditos pós-modernos, percebamos que é ele sim o grande e autêntico dador de credibilidade no mundo acadêmico. Daí devemos visitar Bacon.

O *Dizionario di Filosofia Garzanti* (2016), a tal respeito, nos explica que no *Novo Organon*, obra principal de Bacon,

[...] ao saber especulativo e à lógica clássica, Bacon opõe um saber prático operativo e uma lógica adequada: o método experimental indutivo que move por graus até o universal e dele a novos particulares, contraposto ao método silogístico dedutivo que, partindo imediatamente do universal e extraindo dele os critérios do juízo particular, é estéril e não faz progredir o saber, mas serve unicamente para sistematização e exposição do que já é conhecido. A lógica silogística-dedutiva é útil nos debates, para arrancar o consenso do adversário, mas é totalmente incapaz de 'conquistar a natureza' [produzir provas científicas]. Por outro lado, um método que faça apenas experiência com o instrumento do conhecimento é igualmente incapaz de fornecer uma ciência: a experiência passiva, fragmentária e ocasional, não serve para nada; ela deve ser guiada por um método e, sobretudo, deve ser 'provocada' ativamente sob base de hipóteses já formuladas (*Dizionario di Filosofia Garzanti*. Bacone, 2016, p. 85).

Juntando-se o que foi apenas citado àquela sugestão de Bacon que ele desejava que a ciência se tornasse universalmente praticada, a nossa revolução científica pode muito se desencadear, deixando atônito todo o mundo intelectual dos países hoje imperialistas, criando aqui dentro um fenômeno no qual toda a população resolva aderir ao modo científico de raciocinar, isto é, ao método científico.

Claro que, para isso, deveríamos nos fazer capazes de não sermos mais induzidos por escritores pós-modernos, agentes do atual imperialismo geopolítico, a rejeitar um método científico entre nós, pois na falta dele, continuaremos a ter nossa produção ridicularizada pelos já citados hegemônicos, ao passo que, com o método científico cada vez mais bem fundamentado e utilizado, terminaremos vencedores dos nossos propósitos. Deixemos de desperdiçar nossas inteligências e nos unamos em torno de um projeto voltado para quebrar essa hegemonia geopolítica.

1.2 A necessidade de criação de novas estratégias para neutralizar o boicote capitalista à produção intelectual dos países dependentes economicamente

Ao instituir esse princípio de que *Saber é poder*, Bacon suscitou o debate sobre a potencialidade do uso da razão humana para dar respostas às suas necessidades concretas. Mas essa afirmação tem se verificado como forma de legitimar o poder e o controle político e econômico que um povo detém sobre outro. Na realidade, o conhecimento tem-se colocado a serviço da dominação para legitimá-la e acirrar as desigualdades sociais, econômicas, políticas entre os povos e países.

Na divisão internacional do saber e na divisão social do trabalho, o conhecimento tem sido um recurso útil para demarcar as fronteiras entre os campos do saber que podem ser desenvolvidos ou construídos por cada país.

A subordinação dos países que se encontram oprimidos no processo de divisão social do trabalho é um obstáculo real para inibir a produção de pesquisas e de conhecimentos nas áreas consideradas mais avançadas da pesquisa científica.

O Brasil, por exemplo, no campo da tecnologia industrial, não tem se revelado como produtor de ciência capaz de inovar e ser autor de patentes tais como a criação de novos modelos de automóveis, computadores, etc. No máximo, o Brasil adota os modelos produzidos nos países centrais e atua como 'montador e consumidor' de automóveis e de computadores ou difusor dos programas de computação e manuseador da inteligência artificial que é gerada e produzida por intelectuais dos países centrais.

Isso se deve à própria divisão internacional do trabalho que define os países centrais como mentores intelectuais e detentores de um saber que é difundido pelo mundo e que contribui de forma decisiva para legitimar o status dos intelectuais dos países centrais e a sua posição dominante no campo da inteligência e da concentração de riquezas, pois a condição de consumidor no rol destas relações internacionais ou de manipulador de um produto idealizado e projetado fora do seu território lhe confere o status de dependência e subalternidade que alimenta a lógica do capital.

Se há protocolos que regulam a divisão internacional do saber e a divisão internacional do trabalho que, como vimos, estão intrinsecamente imbricadas, tais protocolos só podem ser rompidos com uma forte decisão da sociedade, dos intelectuais e da política brasileira em promover uma reviravolta no interior da sua própria pedagogia e visão do papel do conhecimento e do saber como dimensão emancipatória da inteligência da população e de seus intelectuais no sentido de promover uma vontade política de criar as condições necessárias para se impor diante das relações internacionais como país produtor de conhecimento, detentor de um saber que implique o acesso à toda a população dos instrumentos que representam a possibilidade de dialogar em níveis de igualdade com os outros países, especialmente naquele onde a intelectualidade pode ocupar espaço protagonista e inovador.

É preciso criar canais de participação no diálogo mundial, capazes de se fazer entender e interagir em todos os campos do saber, especialmente naquele das universidades. Isso requer que pensemos seriamente o significado da internacionalização da nossa produção de conhecimento.

O clima político de um país pode afetar seu sistema educacional, pesquisa científica e direitos de propriedade intelectual. Por exemplo, países com regimes autoritários podem restringir a liberdade acadêmica e censurar informações que vão contra seu posicionamento ideológico. Da mesma forma, tensões geopolíticas entre países podem levar a restrições ao intercâmbio de conhecimento e tecnologia.

Em tempos de ditadura, conforme pesquisas realizadas e divulgadas pelo intelectual do Serviço Social José Paulo Netto (1991), em seu livro *Ditadura e Serviço Social*, os intelectuais foram impedidos de estabelecer contato com o povo e com intelectuais de outros países do mundo. Esta constatação nos faz refletir sobre o papel dos intelectuais, enquanto intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, que tem o papel de levar informações, conhecimentos, mas também de criar as condições para que a classe trabalhadora seja produtora de conhecimento e tenha a sua inteligência desenvolvida para além dos limites impostos pelo processo de alienação próprio do capitalismo. Só um povo culto é realmente livre pois a emancipação verdadeira e própria passa por um processo de desenvolvimento das inteligências dos indivíduos que compõem a massa populacional, capaz de transformá-los em sujeitos e promotores da sua própria libertação, de superação das amarras da alienação e da ideologia que obstaculizam toda e qualquer iniciativa de capacidade crítica e construtiva de uma nova ordem societária.

Esses ranços continuaram ainda em tempos de democracia, pós-Constituição de 1988 e os intelectuais brasileiros e latino-americanos, vítimas da ditadura, ainda têm dificuldades naquilo que podemos chamar de ‘diálogo internacional’. Com efeito, se os critérios de meritocracia e cientificidade são definidos pelos intelectuais dos países centrais, podemos concluir que a nossa participação nessa mesa de definição desses critérios está carente da nossa influência.

Neste sentido, a nossa ausência, determinada pela divisão internacional do saber e do trabalho, encontra um outro obstáculo que deve ser superado o mais rapidamente possível. Sabemos que, para se manter um diálogo profícuo e de paridade nas relações, é preciso falar a mesma língua, pois a língua é o veículo por excelência da comunicação entre os seres humanos. E a língua oficial para as relações internacionais, por razões imperialistas, é, de fato, hoje, o inglês. O português é falado em poucos países do mundo e nós nos servimos também do

espanhol, graças ao estreito contato com os outros países latino-americanos. Mas nos convém superarmos o obstáculo da língua para participarmos com poder de decisão do debate internacional.

Sabemos que o capital está mundializado, o mundo inteiro está internacionalizado e as relações sociais, graças aos meios de informação digital, estão cada vez mais universalizadas.

A interação entre geoeconomia política e conhecimento provavelmente se tornará ainda mais complexa no futuro. À medida que a tecnologia continua avançando, novas formas de conhecimento surgirão, como a inteligência artificial e a computação quântica. Essas tecnologias terão implicações geopolíticas significativas, pois os países que as desenvolverem primeiro terão uma vantagem estratégica sobre seus rivais. Além disso, a ascensão do populismo e do nacionalismo em muitos países pode levar a um cenário de conhecimento global mais fragmentado. Os países podem se tornar mais protetores de sua propriedade intelectual e menos dispostos a compartilhar conhecimento com outros.

Se o capital utiliza isso a seu favor, por que nós, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora não nos apropriamos desses recursos e não passamos a promover de forma concreta e real aquilo que foi preconizado por Marx "Trabalhadores do mundo, uni-vos"? (Marx, 2007, p. 69).

Aqui vale a pena lembrar o discurso escrito por Engels (1883), no túmulo de Marx, reconhecendo nele o grande homem da Ciência que representou para a humanidade:

No dia 14 de março, três horas e quarenta e cinco minutos da tarde, o maior pensador de nossos dias, parou de pensar. Nós o deixamos apenas por dois minutos a sós e quando voltamos o encontramos dormindo suavemente na sua poltrona, mas para sempre. É praticamente impossível calcular o que o proletariado militante da Europa e da América e a ciência histórica perderam com a morte deste homem. Imediatamente se perceberá o buraco que foi aberto com a morte desta personalidade gigantesca. Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: um fato tão simples, mas escondido debaixo do lixo ideológico, de que o homem necessita, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc. Que a produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual tem se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as ideias artísticas e, até mesmo as ideias religiosas dos homens e de acordo com a qual, então, devem ser explicadas, e não ao contrário, como até então se vinha fazendo. Mas, não é só isto. Marx descobriu também a lei específica que move o atual modo de produção capitalista e a sociedade burguesa criada por ele. A descoberta da mais-valia, imediatamente, esclareceu estes problemas, enquanto todas as investigações prévias, tanto dos economistas burgueses quanto dos socialistas críticos, haviam vagado na escuridão. Duas descobertas como estas deveriam ser bastante para uma vida. Quem tem a sorte de fazer apenas uma destas descobertas, já pode se considerar feliz. Porém, não houve um só campo que Marx não investigasse – e estes campos foram muitos e, em nenhum deles, se limitou a fazer apenas superficialmente – inclusive na matemática, na qual não fizesse descobertas originais. Tal era o homem de ciência. Porém, isto não era, nem com muito, a metade do homem. Para Marx, a ciência era uma força histórica motriz, uma força revolucionária (Engels, 1883, não paginado).

1.3 A reestruturação do discurso das Agências de Fomento e a ação em andamento do Movimento pelo Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e aquele Mundial

Se o Império Alexandrino conseguiu difundir a língua grega e assim proporcionar a criação da biblioteca de Alexandria que representou um impacto no âmbito do conhecimento que repercute ainda hoje no nosso sistema de academias e universidades, por que não transpomos esse obstáculo já que socializar a nossa produção de conhecimento e tê-la reconhecida universalmente é um dos nossos objetivos?

Isso não significa uma submissão ao imperialismo norte-americano, mas a proposta de criação, autonomamente, de condições para sentar na mesa e participar da definição das regras do jogo que, por sua vez decidem os mercedores de prêmios como o Nobel e outros, de condições para que nossos artigos científicos venham com respeito e seriedade avaliados; de condições para que a validação do conhecimento resultante das nossas pesquisas e das nossas universidades recebam reconhecimento e crédito real.

Só muito recentemente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) colocou em pauta a proposta da internacionalização, embora o país já venha mandando intelectuais para fazer pós-graduação no exterior há um certo tempo. Mas isso poderia denotar subserviência à produção feita no dito primeiro mundo. Seria esta iniciativa que responde pelo nome de Projeto PRINT uma tentativa de romper com os ranços da política cultural da ditadura militar de 1964? Como potencializar essa intencionalidade de abertura para o mundo de modo a transformá-la num potencial real de inserção, com *pari direito* de participação, das nossas universidades, de nossos intelectuais no debate mundial?

Afinal, não nos interessa que apenas a América Latina alcance a emancipação humana, mas que todos os trabalhadores do mundo possam se emancipar. Restritos aos limites nacionais e continentais, nossa voz tem pouco eco junto à classe trabalhadora mundial e, apesar de termos uma produção de conhecimento consolidada nacional e continentalmente, compete-nos alargar os nossos horizontes na direção da universalização do saber, tal como se começou a propor na época do Iluminismo.

Deve-se, porém, perceber, que nos moldes em que está posta a proposta de Internacionalização da Capes, a timidez ainda é preponderante, pois a concessão de bolsas se baseia em critérios ainda engessados e o diálogo com outros países ainda não alcançou uma dinâmica tal que possa realmente ser chamada de 'diálogo internacional'. Pensemos, por exemplo, que o PRINT é um projeto que não se propõe ainda a gerar uma aliança nacional de intelectuais voltada a apresentar nossa produção como emersa num ambiente geopolítico privilegiado por apreciar os dados sociopolítico e econômicos com uma distância epistêmica ideal para melhor se ver a totalidade do cenário mundial, coisa que quem está no centro perde raio de visão intelectual.

A hipótese que há algumas décadas estamos lidando é que a produção de conhecimento social e de economia-política que ocorre nos países ditos centrais é uma produção assediada por pressões ideológicas que impedem descobertas de maior e mais determinante porte, enquanto fora do fulcro dessas pressões assediadoras, geograficamente deslocados, nós poderíamos nos candidatar para dar as melhores explicações e até as melhores soluções de encaminha-

mento do futuro da "questão social". Mas o projeto PRINT ainda precisaria ser reformatado para ter tão sensatas pretensões e as propor para a nossa intelectualidade presente e nascente. Então podemos dizer que o projeto PRINT é uma proposta que permite o intercâmbio de pesquisas e de pesquisadores entre vários países, mas deve ter um grau de auto melhoramento em ato capaz de o fazer ser um instrumento forte da nossa intelectualidade. Podemos assim, pensar em potencializá-lo muito mais: incrementando publicações conjuntas, epistemologicamente direcionadas, financiando e apoiando eventos internacionais, politicamente bem focalizados, e apoiando mais sistematicamente os intercâmbios existentes, gerando unificação das intencionalidades últimas deles.

A nossa experiência em nível internacional, cremos que possa ser considerada um modelo a ser apreciado, avaliado na sua genuinidade e na sua capacidade de interferência. Ele começou nos anos noventa, quando decidimos, depois de estudos que nos apontaram a necessidade radical de romper com o isolamento que a ditadura de 64 tinha produzido no país, incentiva a ida para Itália nossa e dos assistentes sociais em geral, para doutorado e demais cursos. Assim chegamos a Roma; lá conhecemos assistentes sociais italianas, com as quais escrevemos artigos conjuntos sobre o Serviço Social brasileiro e italiano. De volta ao Brasil, criamos o Intercâmbio Intelectual e Cultural entre o Brasil e a Itália e no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), fizemos esse movimento se oficializar no intercâmbio entre os serviços sociais de ambos os países. Desde então, temos promovido visitas científicas de intelectuais brasileiros e italianos nos respectivos países; cursos de língua e cultura italiana na UFPE; intercâmbio de estudantes para realizar cursos de mestrado e doutorado de brasileiros na Universidade de Roma Tre e, mais recentemente de profissionais italianos para realizar cursos de doutorado aqui no Brasil; cursos de pós-doutorado; pesquisas e publicações conjuntas; convênios com a Universidade de Roma Tre, Milano Bicocca e La Sapienza di Roma; eventos internacionais sobre Ética, pesquisa social e direitos humanos, Seminários sobre Desigualdades e Direitos Humanos; sobre Políticas Sociais no Brasil e na Itália e sobre a Internacionalização; participação de professores das respectivas universidades em coorientação de doutorado e bancas de pós-graduação, etc.

Este Movimento em plena atividade hoje nos grupos de pesquisa da pós-graduação das Universidades Federais de Pernambuco, do Espírito Santo e da Paraíba tem, para além dos convênios com as Universidades Italianas: Roma Tre, Ca` Foscari di Venezia, La Sapienza di Roma, Milano Bicocca, estabelecido um diálogo vivo através da realização de pesquisas e publicações conjuntas e difundido um conhecimento que é socializado para profissionais, professores e estudantes sobre a realidade social política e econômica do Brasil e da Itália de forma a construir um conhecimento coletivo e de alto nível no que se refere à produção intelectual nos dois países.

No nosso entendimento, esse é um Movimento radicado na paridade do diálogo que cria bases de formação de critérios para inclusão do Brasil no debate internacional e cria também as bases para nossa atuação nas entidades representativas do Serviço Social em nível mundial, como a Associação Internacional das Escolas de Serviço Social (International Association of Schools of Social Work -IASSW/AIETS).

Referências

ANTISERI, Dario; REALE; Giovanni. **Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. Vol. I. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Filosofia).

DIZIONARIO GARZANTI DI FILOSOFIA. Milano: Garzanti, 2016. Bacon.

ENGELS, Friedrich. **Discurso Diante do Túmulo de Karl Marx**. Londres, 17 mar. 1883. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1883/03/22.htm>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOMBRICH, Ernst. **Breve Storia del Mondo**. Firenze: Adriano Salani Editore, 1997.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosemary Soares dos. **Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação**. Argumentum, Vitória, v. 15, n. 2, p. 8-21, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40987/version/36599>.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

Maria Alexandra da Silva Monteiro MUSTAFÁ

Professora Associado IV dos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Serviço Social da UFPE. Doutora em Filosofia pela Università Salesiana di Roma. Coordenadora do Movimento pelo Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e o Italiano desde os anos noventa do século XX. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE). Member at Large da International Association of Schools of Social Work (IASSW/AIETS).

Gisele Caroline Ribeiro ANSELMO

Professora adjunta dos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Serviço Social Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Serviço Social pela Università Roma Tre (Itália). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS). Membro do Movimento pelo Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e o Italiano.
